

Back to Basics à portuguesa

O *back to basics* foi um movimento curricular de cariz profundamente conservador que surgiu em muitos países, no fim da década de 1960 e início da década de 1970, como reacção à Matemática Moderna. Criticava-se esta por, ao procurar ensinar uma Matemática mais coerente, mais unificada e mais actual, ter descurado as habilidades básicas dos alunos, nomeadamente o cálculo numérico e a manipulação de expressões algébricas.

Este movimento *back to basics* foi muito forte em diversos países, como a França e os Estados Unidos da América. Pautou-se por discussões intermináveis, num clima extremamente emotivo, muito frequentemente baseadas em argumentos demagógicos, anedotas e caricaturas, umas vezes verdadeiras outras vezes falsas. Acabou por esmorecer à medida que se foi tornando claro que as propostas do *back to basics* criavam problemas ainda piores do que aqueles que elas se propunham resolver.

Nessa altura, em Portugal, não chegou a haver propriamente um *back to basics*, apesar de ter havido uma renovação do ensino da Matemática pautada pelas perspectivas da Matemática moderna. Houve uma ou outra pequena tentativa, nesse sentido, mas nada de consequente, talvez pelo facto dos programas de Matemática de 1970 conterem elementos «modernos», ao mesmo tempo que continuavam a conter muitos elementos «tradicionais», em especial no 1.º ciclo e no ensino secundário.

No entanto, o século XXI fez surgir no nosso país um *back to basics* retardado, cujo alvo agora já não é a Matemática moderna, que entretanto desapareceu

de cena, mas um suposto «eduquês» de orientação «construtivista». Basta atentar em exemplos como os seguintes de conhecidos porta-vozes deste movimento (excepto na última citação, os itálicos são meus):

Ao mesmo tempo que se desprezam os objectivos modestos, destacam-se metas utópicas (...) O construtivismo educativo dogmático [fala] da compreensão, da descoberta autónoma e do desenvolvimento do raciocínio e, ao mesmo tempo, [repudia] o desenvolvimento das *destrezas básicas* que lhes são antecedentes (Crato, 2007).

Insiste-se no uso da calculadora desde o 1.º ciclo. Aquilo que toda a gente sensata vê com facilidade, que é a necessidade de evitar a máquina enquanto se aprende a *tabuada e as operações elementares*, os ideólogos dogmáticos do «eduquês» não conseguem ver (Crato, 2007).

Nos ciclos iniciais (1.º-2.º-3.º) deve ser dada prioridade à aquisição de *competências calculatórias básicas*, com recurso à memorização. É um erro a utilização de calculadoras pelos alunos nestes níveis (Queiró, 2007).

A *calculadora gráfica* é perspectivada pelos programas do ensino secundário, «não como ferramenta de cálculo mas como *substituto para os conceitos, eliminando as definições formais*» (Buesco, 2003, itálico do autor).

A regra principal deste discurso é que «vale tudo», seja verdadeiro ou falso, desde que ajude a atingir o objectivo. Distorcem-se as posições que se querem criticar, inventa-se, fantasia-se. A preocupação não é esclarecer mas confundir.

Pense nisto: Que resposta merece este tipo de ataques às posições curriculares da APM?

Referências

- Buesco, J. (2003). Sintomas, diagnósticos e terapêuticas: O olhar de um matemático. In CNE (Ed.), *O ensino da Matemática: Situação e perspectivas* (pp. 155–204). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Crato, N. (2007 Outubro 27). Eduquês envergonhado. *Expresso-Actual*.
- Queiró, J.F. (2007). Comentário ao Documento «Programa de Matemática do Ensino Básico», colocado em discussão em 1/7/2007 (parecer enviado ao Ministério da Educação) (Retirado de <http://www.mat.uc.pt/~jfqqueiro/parecerPMEB.html> em 29.Mar.2009)

João Pedro da Ponte

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa